

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório
Escola Profissional de
Fermil
CELORICO DE BASTO

8 e 9 mai.
2012

Área Territorial de Inspeção
do Norte

1 – INTRODUÇÃO

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da [Escola Profissional de Fermil – Celorico de Basto](#), realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada em [8 e 9 de maio de 2012](#). As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização da Escola, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com o valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório da Escola apresentado no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2011-2012** está disponível na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto, doravante designada por Escola, situa-se na freguesia de Molares, concelho de Celorico de Basto, distrito de Braga. Ao tempo da sua criação (1972, como Secção da Escola Técnica da Régua) vocacionada para o ensino agrícola, acabou por diversificar a sua oferta educativa/formativa, tendo adotado a atual designação de escola profissional em 2005. Do conjunto das suas infra estruturas destaca-se a qualidade das instalações do edifício sede e a área de 22 ha destinada à exploração agropecuária de suporte à componente prática dos cursos relacionados com este setor de atividade económica.

No presente ano letivo, a população escolar é constituída por 233 alunos distribuídos por 11 turmas dos cursos profissionais de Técnico de Turismo Ambiental e Rural, Técnico de Turismo, Técnico de Produção Agrária (duas turmas), Técnico de Comércio (duas turmas), Técnico de Instalações Elétricas, Técnico de Processamento e Controlo da Qualidade Alimentar, Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho, Técnico Auxiliar de Saúde e Técnico de Manutenção Industrial (variante de Mecatrónica Automóvel), uma turma do curso de educação e formação de jovens (tipo 2) de Mecânica de Veículos Ligeiros e uma turma do curso de educação e formação de adultos (nível secundário).

A Escola é frequentada por 17 alunos com outras naturalidades, que não a portuguesa, com destaque para a comunidade moçambicana (oito alunos). Dada a natureza dos cursos existentes, a totalidade dos alunos beneficia de apoios financeiros através do Programa Operacional Potencial Humano (POPH). Ainda assim, os auxílios económicos para aquisição de algum material escolar são calculados com base nos escalões 1 e 2 do abono de família (o escalão 1 – 37,8% dos alunos - corresponde ao escalão A da ação social escolar e o escalão 2 - 30% dos alunos - ao escalão B). No que respeita às tecnologias da informação e comunicação, 49,8% dos alunos possuem computador e Internet em casa.

Os indicadores relativos à formação académica dos pais dos alunos permitem verificar que apenas 1% tem uma formação superior e 1% o ensino secundário. Quanto à ocupação profissional, 4,5% dos pais exercem atividades profissionais de nível superior e intermédio.

Dos 43 docentes que prestam serviço, 33% pertencem ao quadro da Escola, 2% ao quadro de zona pedagógica e 65% são contratados. De entre os professores, 42% têm menos de cinco anos de tempo de serviço e 21% mais de 19 anos de atividade profissional.

O pessoal não docente é constituído por 36 elementos (nove assistentes técnicos, um chefe de serviços de administração escolar, 25 assistentes operacionais e um encarregado operacional). Para suprir as necessidades identificadas, a Escola dispõe ainda de dois trabalhadores colocados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. ao abrigo do programa Emprego-Inserção.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

Os resultados académicos verificados nos últimos três ciclos de formação dos cursos profissionais não permitem identificar uma clara tendência da sua evolução. Tendo como ponto de partida o ciclo formativo 2006-2007 a 2008-2009, com uma taxa de sucesso de 71,8%, verificou-se no ciclo seguinte uma

involução desta taxa para 56,1%, à qual se seguiu uma melhoria para 73,7%, que a situa em valores ligeiramente superiores aos do primeiro dos ciclos de formação considerados.

A análise da evolução destes resultados não pode ser complementada com a análise da evolução dos resultados dos exames nacionais do ensino secundário, uma vez que, sendo realizados em escola diferente, não são monitorizados para efeito de análise/reflexão interna.

Os resultados internos nas disciplinas de Português e de Matemática têm vindo a gerar a maior percentagem dos módulos em atraso, constituindo-se, em alguns cursos, fatores determinantes do insucesso verificado.

Nos últimos três ciclos formativos, as taxas de abandono/desistência escolares, sendo elevadas, têm vindo a decrescer (23,1%, 21,9% e 12,5%, respetivamente), mantendo-se a tendência verificada aquando da avaliação externa realizada em dezembro de 2007. As situações de abandono/desistência escolares apresentam uma maior incidência nos primeiros anos dos diferentes cursos em resultado de, entre outras causas, um primeiro contacto dos alunos com os cursos em que se inscreveram sem terem sido sujeitos, em momento prévio ao ingresso, a qualquer processo de orientação vocacional.

No que concerne aos cursos de educação e formação de jovens, no triénio 2008-2009 a 2010-2011, apenas se verificou a conclusão de um curso, com uma taxa de sucesso de 68,4% e uma elevada taxa de abandono/desistência escolares (31,6%).

RESULTADOS SOCIAIS

A participação dos alunos na vida da Escola é assegurada através da sua integração nos órgãos/estruturas onde têm assento. Trata-se de uma participação formal, sem grande envolvimento da generalidade dos alunos na discussão dos assuntos que lhes dizem respeito. Os procedimentos de auscultação e responsabilização dos discentes são pouco diversificados, sendo escassas as estratégias orientadas para esse fim. Embora já tivessem sido desenvolvidas algumas iniciativas nesse sentido, ainda não foi constituída uma associação de estudantes. Assim, é sobretudo ao nível das práticas educativas/formativas dos diferentes cursos que se fazem sentir os processos de responsabilização dos alunos, de modo muito especial nas componentes práticas de formação, quer na Escola, quer na empresa que os acolhe, nomeadamente fora do país, para assegurar a componente de formação prática em contexto real de trabalho.

O reduzido número de alunos e a qualidade e apazibilidade dos espaços são elementos que contribuem para um bom ambiente educativo. Os alunos conhecem e, de uma maneira geral, cumprem as normas e o código de conduta. Ainda assim, os pontuais casos de indisciplina são devidamente avaliados e, quando se justifica, aplicadas as necessárias medidas disciplinares sancionatórias.

Embora com pouca expressão, a Escola desenvolve algumas ações promotoras de uma educação para os valores e para a cidadania, como é o caso da recolha, por época do natal, de bens alimentares e de vestuário destinados a famílias carenciadas.

O impacto da escolaridade no percurso dos alunos é claramente identificado como um elemento relevante da atividade da Escola, quer pelo testemunho dos diferentes setores da comunidade educativa, quer pela informação obtida pela instituição escolar junto de ex-alunos. De acordo com os elementos recolhidos junto da direção da Escola, a maioria dos alunos que termina a escolaridade procura ingressar no mercado de trabalho, sendo que os restantes alunos optam pelo prosseguimento de estudos. Ainda assim, a Escola não dispõe de um sistema de monitorização que permita apresentar dados quantitativos fiáveis quanto ao seguimento dos alunos após a escolaridade.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

Os resultados dos questionários aplicados a alunos, pais e encarregados de educação, pessoal docente e não docente refletem elevados níveis de satisfação da comunidade escolar face à Escola. Entre os aspetos que mereceram maior concordância, em alguns casos partilhados por mais de um grupo de respondentes, importa destacar os seguintes: a qualidade das instalações e dos espaços, a abertura da Escola ao exterior e o conhecimento das regras de comportamento. Entre os aspetos que mereceram maior discordância de um ou mais grupos de respondentes destacam-se a circulação da informação na Escola e a utilização do computador na sala de aula.

O reconhecimento da comunidade, muitas vezes expresso em diferentes painéis, decorre de uma perceção muito favorável quanto à qualidade do serviço educativo/formativo prestado pela Escola. Para esta perceção positiva, contribui o facto de os resultados das aprendizagens serem, por vezes, evidenciados em diferentes iniciativas/eventos locais e regionais onde os alunos são chamados a aplicar as competências técnicas adquiridas no âmbito dos respetivos cursos. Para além desta forma de valorizar as aprendizagens e o sucesso dos alunos, a Escola organiza anualmente uma sessão destinada à atribuição de prémios e diplomas aos alunos com melhores resultados académicos. Não foram identificadas iniciativas semelhantes destinadas a valorizar os resultados sociais.

É genericamente reconhecido o contributo da Escola na qualificação dos recursos humanos em áreas diversificadas, facto que muito contribui para o desenvolvimento da comunidade. A existência de alguns pólos industriais justificou a diversificação da oferta formativa. Ainda assim, os cursos da área de produção agrícola e animal, de grande tradição na Escola, continuam a ser amplamente reconhecidos e destacados como indutores de boas práticas no setor primário da economia local e regional.

Em conclusão, os pontos fortes predominam na maioria dos campos em análise, sendo elevada a satisfação dos alunos, encarregados de educação, docentes e não docentes, bem como do tecido empresarial da região. Porém, a ação da Escola ainda não tem um impacto muito consistente na melhoria dos resultados académicos. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio Resultados.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

Seguindo as orientações do conselho pedagógico, promove-se a gestão articulada do currículo, envolvendo as várias componentes de formação que integram a matriz curricular dos cursos. Evidenciando-se práticas sistematizadas de articulação intradepartamental ao longo dos ciclos de formação, a articulação interdepartamental manifesta-se, essencialmente, na concretização de algumas atividades constantes do plano anual, com inclusão das da biblioteca. Facilitada pelo regime modular, respeita-se a sequencialidade das aprendizagens.

Na sequência das linhas orientadoras do projeto educativo, a Escola planeia e desenvolve a ação educativa, adequando os currículos aos contextos locais e enriquecendo-os com referências culturais e sociais da região. Neste âmbito, existe o cuidado em se promover uma gestão articulada entre os departamentos e as áreas técnicas. Apesar do planeamento estar de uma forma geral alinhado com os objetivos e metas definidos no projeto educativo, não é clara a articulação de algumas atividades com os objetivos nele expressos.

Tendo por base bons diagnósticos realizados no início dos ciclos formativos das competências e necessidades dos alunos provenientes de várias escolas da região e de Moçambique, determinam-se as opções estratégicas a seguir na gestão dos planos curriculares dos cursos, procedimentos que se

afiguram apropriados. Não obstante o conselho técnico de exploração da quinta agrícola ser informado das atividades pedagógicas que aí vão decorrer, falta uma melhor articulação entre o plano de exploração e os planos de formação de prática pedagógica. Na planificação da formação em contexto de trabalho, mantém-se a boa articulação entre a Escola e as empresas, já evidenciada na anterior avaliação externa.

Conforme os documentos estruturantes, a avaliação formativa está orientada no sentido de regular o ensino e a aprendizagem, porém, por transparecer uma certa confusão conceptual, ela não tem proporcionado uma monitorização das aprendizagens por parte dos **alunos**, tornando-se, deste modo, menos consequente e eficaz.

É prática regular na Escola o trabalho cooperativo de professores na planificação dos conteúdos programáticos, no desenvolvimento de projetos pedagógicos de âmbito nacional e internacional e na produção e partilha de instrumentos de trabalho, evidenciando-se também articulação e complementaridade entre as atribuições dos coordenadores de curso e as dos diretores de turma.

PRÁTICAS DE ENSINO

Centradas nos respetivos departamentos curriculares, as planificações de curto prazo sustentam-se nas práticas de diagnóstico a que a Escola recorre de forma sistemática ao longo do ano. Estas planificações atendem ao ponto de partida de cada aluno e aos seus diferentes ritmos de aprendizagem, **observando-se** práticas de diferenciação pedagógica, ainda que, às vezes, não revelem a eficácia esperada.

Não havendo formandos com necessidades educativas especiais, os apoios educativos, sustentados em planos de recuperação aprovados nos conselhos de turma, estão orientados para dar resposta, no âmbito do apoio pedagógico acrescido, aos alunos que necessitam de recuperar módulos em atraso predominantemente nas disciplinas de Matemática e Português, consideradas as áreas mais problemáticas. Relativamente às outras disciplinas, não obstante a existência da sala de estudo obrigatória para os alunos do internato, mas que não responde às necessidades dos externos por incompatibilidade dos horários dos transportes escolares, o apoio é dado em contexto de sala de aula ou por voluntariado dos docentes. Estes procedimentos não se afiguram suficientes e apropriados. Carecem de ser repensados por forma a responder às necessidades efetivas de todos os alunos com módulos em atraso.

Releva-se, para apoio ao ensino de várias áreas técnicas, a construção de manuais próprios elaborados conjuntamente com os alunos, criando-se, assim, ambientes favoráveis à aprendizagem. No desenvolvimento da prática letiva, as visitas de estudo envolvem uma acentuada componente técnica. Porém, a simulação de práticas em contexto de trabalho necessita de mais espaços próprios e adequados às necessidades dos cursos ministrados.

O recurso a metodologias ativas e experimentais são práticas sistemáticas e generalizadas no desenvolvimento do currículo. Efetivamente, no sentido de fomentar a autoestima e a autorrealização dos alunos, a Escola estimula o desenvolvimento do empreendedorismo jovem, comprovado pela participação na Feira Ilimitada de Trás-os-Montes e Alto Douro destinada a alunos do ensino secundário para apresentarem invenções para criação de negócios.

A Escola integra adequadamente as tecnologias da informação e comunicação nas práticas educativas como veículo de aquisição do saber e de comunicação entre a comunidade educativa. O acompanhamento e supervisão da prática letiva fazem-se, de forma indireta, nos departamentos curriculares, centrados na análise das planificações e na verificação documental do seu cumprimento.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Apontando a avaliação formativa e contínua como dominante, o documento *Critérios de Avaliação Gerais e Específicos* define de forma clara as várias modalidades de avaliação a praticar, os respetivos domínios, parâmetros e percentagens a atribuir, bem como as normas para a realização de fichas de avaliação e/ou de trabalhos nas épocas normais e de recuperação de módulos. As formas de avaliação seguidas respeitam essas orientações e estão ajustadas à diversidade das aprendizagens.

Predominantemente em sede de departamento curricular, já que os grupos de recrutamento, de um modo geral, não têm expressão, aferem-se os critérios e os instrumentos de avaliação e elaboram-se, quando possível, testes com o mesmo grau de dificuldade. Já ao nível das medidas de apoio educativo, a Escola não tem implementado um sistema de monitorização da sua eficácia, facto que pode dificultar a reformulação das planificações de forma sustentada.

A Escola está atenta aos riscos de abandono/desistência escolar e anulação de matrícula e as medidas tomadas indicam eficácia. Neste sentido, releva-se o facto de a direção, na senda de um trabalho já evidenciado na anterior avaliação externa, continuar a apostar no investimento em recursos e equipamentos para tornar a Escola mais atrativa.

Em conclusão, a ação da Escola tem produzido impacto na melhoria das aprendizagens e nos percursos escolares dos alunos. Os pontos fortes predominam nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais, de uma forma geral, eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio Prestação do Serviço Educativo.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

O projeto educativo assume-se como um documento que *partiu da necessidade de definir uma política própria que especificasse a individualidade da escola*. Revela pertinência no diagnóstico, nos objetivos, nas linhas orientadoras e nas metas específicas, tanto para os cursos profissionais como para os de educação e formação. A sua centralidade de conceção, a pouca visibilidade e divulgação junto dos vários elementos da comunidade educativa e a ausência de monitorização não têm permitido aferir da validade das estratégias implementadas para a sua operacionalização. A avaliação da sua execução não foi visível nos elementos dos diferentes órgãos que têm responsabilidades no processo de aprovação e acompanhamento.

É notório o voluntarismo da liderança de topo na manutenção de uma boa imagem da Escola junto da comunidade regional e local. As lideranças intermédias são valorizadas mas posteriormente escasseia um acompanhamento efetivo das suas atividades em função das competências e responsabilidades assumidas. Excetua-se a da área agrícola por razões inerentes à sua especificidade e a uma presença mais sistemática dos órgãos de gestão. Os coordenadores de curso e de projetos, por exemplo, evidenciam alguma indefinição de competências e alguma diversidade de procedimentos, em função das pessoas que ocupam os cargos.

Há uma grande aposta nas parcerias nacionais e estrangeiras, em particular na área agrícola, evidenciando a procura de soluções inovadoras no sentido de obterem mais-valias na prestação de um serviço educativo de qualidade. Exemplifiquem-se com as ligações aos Lycées d'Enseignement General et Technologique Agricole de várias localidades francesas, a escolas da região da Estremadura espanhola ou, mais recentemente, o acordo com o governo moçambicano e a Fundação Portugal/África para a formação de alunos desse país, bem como a criação de condições para a concretização da formação em

contexto de trabalho em territórios internacionais, nomeadamente no Brasil. Realce-se ainda o papel interventivo da direção da Escola no Conselho Intermunicipal reconhecido a nível autárquico.

Há diferentes atores educativos disponíveis para intervir de forma mais frequente na vida da Escola – por exemplo encarregados de educação e estudantes –, o que exige uma atenção e um incentivo à sua mobilização. Algum caminho ainda tem de ser percorrido e as lideranças de topo e intermédias têm de colocar esse processo como uma das suas prioridades, fomentando uma democraticidade e participação interna que transforme a Escola num laboratório da democracia. O clima familiar da comunidade educativa não evidenciou necessidade de procedimentos específicos para a prevenção de conflitos.

As instalações da Escola revelam um grande cuidado na sua manutenção e são rentabilizadas para iniciativas locais, com destaque para o auditório e pavilhão gimnodesportivo. Os espaços e equipamentos das vertentes profissionais, com exceção da área agrícola, necessitam de uma maior atenção na criação e manutenção de zonas para práticas simuladas, com a sinalética adequada.

GESTÃO

À estabilidade do corpo docente nas áreas técnicas agrícolas contrapõe-se alguma instabilidade e flutuação nas outras vertentes formativas. As colocações apenas no início do ano letivo ou com ele já a decorrer tornam difícil a operacionalização de algumas iniciativas de inserção e mobilização para as primeiras atividades do Plano Anual.

Há o cuidado de gerir os recursos humanos em função das suas competências e opções. Uma efetiva divisão entre a operacionalidade necessária na Escola e nos espaços mais técnicos facilita também a estabilidade de funções. Há um desconhecimento generalizado sobre recursos disponíveis e sobre a existência de critérios para a sua afetação.

A constituição das turmas é realizada em função das escolhas dos alunos pelo curso que desejam frequentar. Não há orientação vocacional na Escola, aceitando a que eventualmente possa ter sido realizada no estabelecimento donde vêm os alunos. Há a preocupação de assegurar a continuidade pedagógica, em particular nas disciplinas de Português e Matemática.

A direção evidencia um bom conhecimento das competências profissionais do pessoal docente, em particular os das áreas técnicas, que são os mais estáveis, e do não docente.

Há diagnósticos regulares das necessidades de formação do pessoal docente e não docente mas as iniciativas subsequentes são esporádicas e para responder a aspetos muito específicos. Foi o caso da organização de um seminário sobre *A avaliação das Escolas: um caminho para a qualidade educativa* para permitir a formação do grupo que ficou encarregado da autoavaliação. A presença física do Centro de Formação de Basto nas instalações da Escola podia potenciar uma mobilização diferente para responder às necessidades identificadas.

Os circuitos de informação interna e externa utilizam sobretudo os meios informáticos. Há algum esforço, a partir de abril e maio, de intensificar a divulgação junto da rede escolar local da oferta formativa do ano seguinte. Foi evidente também a aposta na aquisição de alguns ecrãs para divulgação de informação interna, fruto do reconhecimento de alguma ausência de comunicação, mas que ainda não estão operacionais. Neste aspeto há uma clara consciência, da maioria dos órgãos e pessoas da Escola, da necessidade de melhorar o acesso à informação para poder fomentar a participação mais ativa da comunidade educativa na vida escolar.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

A equipa de autoavaliação entrou em funções em outubro de 2011. O coordenador da equipa de autoavaliação, escolhido pelo diretor, selecionou três docentes e uma assistente técnica para a sua

composição. Antes desta iniciativa havia apenas um relatório entregue em novembro de 2007 e elaborado por um outro grupo, mas considerado insuficiente pela direção.

A atual equipa optou pela realização de inquéritos aos alunos, pessoal docente e não docente e por entrevistas a encarregados de educação. Do relatório apresentado resulta um diagnóstico abrangente nos campos de análise escolhidos, embora seja visível a dificuldade na compreensão de alguns itens dos questionários e a ausência do tratamento do conteúdo das entrevistas realizadas.

Nas evidências assumidas pelo grupo de autoavaliação são realçados alguns aspetos pela generalidade dos inquiridos que, ainda, não mereceram a elaboração de planos de melhoria concretos, calendarizados e com objetivos bem definidos. Apesar de terem esclarecido que reúnem semanalmente, sendo esta uma das razões invocadas para a não inclusão de representantes dos encarregados de educação que não têm disponibilidade para esta frequência de reuniões, ainda não ultrapassaram a fase de análise dos resultados de diagnóstico.

Estando ainda nesta fase de ação e não sendo visível a articulação com a equipa anterior, são claras algumas intenções para diagnosticar, mas frágeis os resultados. A análise dos resultados internos e externos – sociais e académicos – ainda não mereceu uma reflexão por parte desta equipa e por isso não são visíveis as alterações no quotidiano das práticas educativas sustentadas em análises autoavaliativas.

Em conclusão, a ação da Escola tem produzido impacto na melhoria das aprendizagens e nos percursos escolares dos alunos. Os pontos fortes predominam nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais, de uma forma geral, eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio da Liderança e Gestão.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

- Os processos de responsabilização dos alunos através da componente prática de formação, quer na Escola, quer na empresa que os acolhe;
- Os elevados níveis de satisfação e de reconhecimento por parte da comunidade educativa face ao serviço educativo/formativo prestado pela Escola;
- A adequação dos currículos aos contextos locais e o seu enriquecimento com referências culturais e sociais da região;
- O recurso sistemático e generalizado a metodologias ativas e experimentais no desenvolvimento do currículo;
- O voluntarismo da liderança de topo na manutenção de uma boa imagem da escola junto da comunidade regional e local;
- As parcerias nacionais e estrangeiras;
- O papel interventivo da direção da Escola no Conselho Intermunicipal.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Os resultados internos de Português e de Matemática, disciplinas que mais contribuem para percentagem de módulos em atraso e para o insucesso académico nos cursos profissionais;
- A monitorização dos resultados dos exames nacionais do ensino secundário e do seguimento dos alunos após a escolaridade;
- A articulação mais clara das atividades com os objetivos expressos no projeto educativo;
- O alargamento do apoio pedagógico acrescido às necessidades efetivas de todos os alunos com módulos em atraso e a monitorização da sua eficácia;
- A monitorização das funções e responsabilidades das lideranças intermédias;
- A circulação da informação na comunidade educativa;
- A consistência, sistematicidade e implicações da autoavaliação na definição de estratégias mobilizadoras da comunidade escolar.